

UM SÉCULO DEPOIS E A PERMANÊNCIA DOS DISCURSOS: *EVANGÉLICAS PELA IGUALDADE DE GÊNERO E O JORNAL BATISTA*

Marcela Prenda Teixeira¹
Profa. Dra. Cláudia Regina Nichnig²

RESUMO

A partir do entrecruzamento da História das Religiões e dos Estudos de Gênero, esse artigo propõe discutir acerca dos discursos iguais em tempos diferentes, especificamente dos textos do *O Jornal Batista* (em circulação desde 1901) durante as décadas de 1920 a 1940, da página do *Facebook*: “Evangélicas pela Igualdade de Gênero” (2015-2018) e do periódico citado primeiramente, entretanto em 2017.

Palavras-chave: História das Religiões; Estudos de Gênero.

ABSTRACT

From the intertwining of the History of Religions and Gender Studies, this article proposes to discuss about the same discourses in different times, specifically from the texts of The Baptist Journal (circulating since 1901) during the decades of 1920 to 1940, Facebook: "Evangelicals for Gender Equality" (2015-2018) and the newspaper quoted first, however in 2017.

Keywords: History of Religions; Gender Studies.

Segundo Maria José Rosado-Nunes (2005, p. 363), o campo religioso é por excelência um investimento masculino, ou seja, historicamente, os homens controlam a “produção” do que pertence ao espaço sagrado nas diversas sociedades, especialmente nas ocidentais. Mesmo assim, tem-se a mentalidade de que a mulher é mais religiosa que o homem, visto que essa é expressivamente mais atuante nas instituições religiosas do que o outro. Entretanto, enquanto o investimento feminino dá-se no *locus* das práticas religiosas – rituais, transmissão e a memória do grupo religioso, onde elas atuam como guardiãs da mesma – as normas, regras e doutrinas são definidas por homens.

Todavia, Ivone Gebara (2017, p. 17) nos afirma que o século XX foi palco de manifestações femininas perante o seu reconhecimento como sujeitos colonizados e inferiorizados. Por meio do movimento feminista na sua diversidade, as mulheres se organizaram em busca da afirmação de seus direitos. Entretanto, nas instituições religiosas as mulheres continuam impedidas de ocupar cargos e exercer funções como os homens, por serem alvo de uma “vontade divina” misógina que, ainda segundo muitos, entregara a eles os papéis de autoridade.

¹ Mestranda no curso de nível Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Bolsista CAPES.

² Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Essa proposição de se discutir gênero a partir do campo religioso é essencial, visto que a religião tem um papel fundamental na construção social dos sexos, ou seja, os dois eixos possuem uma intimidade pouco verbalizada, mas que todos, religiosos, cristãos ou não, vivenciamos no *habitus* social diariamente:

“É verdade que, numa sociedade como a nossa em que existem mecanismos plurais de construção da subjetividade humana, presenciamos uma relativização do poder significante da religião. Porém, se o processo de secularização tem contribuído para a “periferização” da religião em relação ao “núcleo forte” da sociedade, isto é, se a religião já não ocupa mais o lugar de matriz cultural totalizante, deixando de ser o centro organizador das relações sociais, ela ainda exerce influência significativa no cotidiano das pessoas” (SOUZA, 2003, p. 6).

Especialmente, dentro da Igreja Batista³ pode-se que dizer que o plano de fundo não se altera: as mulheres ocupando lugares secundários, ao lado das crianças, sempre ligadas a uma figura masculina, o pai ou o marido. À título de exemplo apenas, isso se torna evidente quando folheamos *O Jornal Batista* (OJB) e percebemos que as fotografias impressas (principalmente nas seções “necrologia” ou no editorial – locais com maiores ilustrações) são majoritariamente de homens considerados importantes para a instituição. Quando há imagens de mulheres, predominantemente elas estão acompanhadas de seus maridos, ou quando não, na descrição da fotografia há uma referência a quem era seu pai, seu avô, seu marido, o pastor da igreja que ela frequentava, etc. Mais marcante ainda são os textos principais, como os editoriais por exemplo, que traziam a autoria masculina exclusivamente.

Dia primeiro de janeiro de 1925, *O Jornal Batista* inaugura uma seção importantíssima chamada “A Família”, essa que se perpetua com esse nome e suas primeiras intenções iniciais até 1945. Como escreve o editorial do jornal sobre a referida seção: “Quando pensamos nos melhoramentos a introduzir em nosso jornal [...]. Projetamos logo dar uma seção permanente de uma coluna, de matéria adequada ao lar, que auxiliasse os pais, a dona de casa no modo de fazer os arranjos da própria casa” (T.R.T., Editorial, 01/01/1925).

Com quatro páginas em sua primeira edição, contraditoriamente com o que o editorial expõe, o suplemento “A Família” dá as boas-vindas com um texto traduzido de um historiador francês chamado Jean Crespin:

³ A Igreja Batista em questão faz parte da Convenção Batista Brasileira (CBB), fundada no país em 1882, quando foi organizada a Primeira Igreja Batista no país – conforme discurso oficial (disponível em: <http://www.convencaobatista.com.br>). A instituição faz parte do chamado protestantismo histórico missionário, termo utilizado para denominar as igrejas protestantes missionárias que chegaram ao Brasil, vindas dos Estados Unidos, durante a segunda metade do século XIX. Além da Igreja Batista, destaca-se as Igrejas Presbiterianas do Brasil (1862), Presbiteriana Independente (1903, surgida da cisão presbiteriana), Metodista (1878), Congregacional (1858) e Episcopal (1889). A Igreja Luterana e a Anglicana também são consideradas igrejas históricas, por terem suas origens teológicas nos períodos das reformas, mas no país não atuaram, num primeiro momento, como missionárias (GONÇALVES, 2015, p. 51)

“Esta coluna é um monumento à mulher, à mulher de todos os heroísmos santos, de todas as belezas morais, à mulher forte, numa palavra – à mulher cristã, evangélica. [...] Oh! Diante de tão singular espetáculo, em que essas heroínas se sobrepuseram à fragilidade natural de seu sexo, como deixaremos de lhes abençoar a memória sagrada?” (CRESPIN, *As Mártires do Cristianismo*, 01/01/1925).

Mesmo que de forma não assumida, a partir da escolha desse texto como a primeira publicação da seção, pode-se desconfiar que – mesmo que leve o nome de um grupo, cujo fazem partes diversas pessoas – a escrita enfatiza que seja uma seção dedicada estritamente à mulher. Por conta disso, especificamente os textos dessa seção foram escolhidos para analisarmos os discursos que se propõe nesse artigo.

Também, a página do *Facebook* “Evangélicas pela Igualdade de Gênero” (EIG) foi selecionada para contrapormos os discursos – junto com as atuais publicações do OJB (2017) – visto que, como explica o historiador Fábio Almeida (2011, p.12), para entendermos o presente não podemos ignorar as fontes digitais e o que a internet nos oferece a respeito de um novo conjunto de práticas, atitudes e valores.

O grupo das EIG também possui um *blog*, o qual é explicado quem são essas mulheres empenhadas e, tecnicamente, transgressoras, visto o espaço de resistência em que elas estão inseridas para disseminar a luta feminista:

“Quem somos nós? Fundamentalmente fazendo parte de um tipo de feminismo que se associa às mulheres de classes populares. Compreendendo-as como sujeitos políticos, que reconhece, especialmente por suas próprias vivências, não só as relações sociais de sexo, mas também as relações de classe e as relações raciais como tendo profundas consequências sobre todas as mulheres, especialmente quando tratamos das mulheres evangélicas pentecostais” (Sobre Nós, *Blog: Mulheres EIG*).

Por penetrarem esses espaços, a página do *facebook* possui uma significativa repercussão (atualmente quase quatro mil pessoas seguem o perfil), que se deságua em comentários positivos, mas também negativos. Assim, lembrando o OJB, presenciamos diversos textos que se empenham em demonstrar o verdadeiro lugar da mulher cristã, tanto no ambiente privado, como no espaço público.

“No começo fiquei confusa com o nome da página: ‘Evangélicas pela igualdade de gênero’? É sério? Essa página não tem nada do evangelho, é só mais uma página feminista, é só mais um meio das feministas chamarem atenção! [...] essa página não fala sobre a mulher evangélica e seu papel, essa página não fala sobre Cristo, essa página não fala sobre o verdadeiro lugar da mulher cristã.” (EIG, avaliações da página, 2018).

A ideia de o lar ser o espaço natural destinado à mulher durante sua vida é apresentada na maioria dos textos de “A Família” também. E, claro, para possuir um lar a que cuidar, a figura de um homem como marido é essencial nesse momento, fazendo com que a juventude de uma mulher batista – além da dedicação à vontade de Deus e aos cuidados com os perigos que a modernidade oferece – seja direcionada em suma a busca de um homem (cristão) para casar-se e assim poder desfrutar de suas “atribuições naturais”. Como o trecho a seguir retirado

do texto “A mulher virtuosa” (1940), que aponta a infelicidade e angústia que uma mulher teria se não fosse casada:

“I. A descrição da Mulher Virtuosa:

1. Ela é **ajudadora** do seu marido, fazendo-lhe bem e não o mal, todos os dias da sua vida.

O seu andar, o seu falar e a sua fidelidade aos interesses do lar inspiram no coração do seu marido, absoluta confiança. Não lhe haverá falta de lucro, pois ela zela no lar pela economia [...].

[...] A mulher virtuosa inspira o seu marido no seu trabalho a agir de uma maneira nobre, e até o próprio semblante dele fala da paz e contentamento que goza no seu lar. O seu vestir também é um relator sem palavras de zelosa companheira que lhe faz bem todos os dias de sua vida.

2. Ela reconhece os seus deveres e se alegra neles.

Essa mulher virtuosa atende ao bom andamento de sua casa levantando-se quando ainda está escuro para dar mantimento a sua casa e determinar a tarefa das suas servas. O trabalho ela mesma enfrenta com satisfação [...]”. (WATSON, A mulher virtuosa, 09/05/1940).

Esse texto é um dos exemplos de publicações escritas por uma mulher, conformada à visão de mundo da igreja e que, para a época, definia, limitava o feminino a uma tarefa, desígnio divino a ser cumprido: a responsabilidade pelo lar e tudo que o permeia. Ainda, fazendo uso do mesmo termo (destacado), nesse ano, um comentário na página EIG é pautado nos mesmo ideais, com o mesmo significado, cerca de oitenta anos depois:

“[...] A mulher é **ajudadora** do seu marido, o papel da mulher é fundamental na criação dos filhos, em seu ministério na igreja. Aliás, o maior ministério da mulher é a família. Não entendi bem o propósito da página, mas vi que não é falar da mulher cristã. A mulher foi criada para gerar, e já que estamos falando de cristãs, ABORTO é pecado!!!! [...] porque uma mulher evangélica de verdade sabe onde é o seu lugar.” (EIG, avaliações da página, 2018).

Além de exaltar que o *locus* destinado a mulher naturalmente, com justificativas pautadas na religião, o discurso acima faz menção a um assunto, o qual as responsáveis pela página se apropriam para agregar aos seus objetivos de igualdade entre os gêneros (feminismo): o aborto. A *descriminalização* do aborto faz parte das pautas feministas, passando pelos debates étnico-raciais, chegando ao da saúde pública, desde a década de 1970. Ou seja, percebe-se que quando a autora se refere ao termo, ela busca a deslegitimação da página perante as outras mulheres, e possíveis mães, pois toca em um assunto o qual as mulheres, criadas a partir do mito do amor materno⁴, pensariam duas vezes antes de apoiar a página (compartilhar, curtir e comentar as publicações).

Ainda na pauta feminista, em março de 2017, n’*O Jornal Batista*, um texto de autoria de um pastor de Minas Gerais intitulado “Ser mulher no século XXI” demonstra aquilo que

⁴ Ver “Um Amor Conquistado - o Mito do Amor Materno”, de Elisabeth Badinter.

Ivone Gebara (2017, p. 13) já discutia no mesmo ano. Sendo assim, ainda acredita-se que a “doença” feminista precisa ser eliminada, visto que se faz necessário aniquilar influências que possam corromper a ordem querida por Deus e a moral familiar. Ou seja, “há uma resistência das instituições religiosas em mudar suas tradições, para não perder poderes adquiridos”:

“O movimento feminista também é perigoso, está cada vez mais *hardcore*, intransigente na defesa do empoderamento feminino, a ponto de sugerir que a mulher pode viver sem qualquer relação com o gênero masculino. [...] Todavia não podemos esquecer que a esposa deve submeter-se à liderança do seu marido (Ef 5.22-24), assim como os filhos submetem-se aos pais, os crentes submetem-se aos seus pastores, que, segundo a Bíblia, são sempre homens, e a Igreja submete-se ao seu Cabeça, que é Cristo” (GUIMARÃES, 19/03/2017, p. 15)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse artigo foi fazer perceber que os discursos que naturalizam uma suposta função social da mulher, ou seja, excludentes, defensores de uma família “tradicional” cristã (heterossexual, cisgênero e, fundamentalmente, machista) continuam se fazendo presentes, especialmente dentro do cenário religioso, mesmo cerca de oitenta anos depois.

Esse *machismo* instaurado na sociedade brasileira, a partir da nossa estrutura patriarcal, se tornou um aparato institucionalizado dentro das famílias, por isso se refletem para a sociedade maior. A partir disso, podemos perceber que certos direitos específicos para as mulheres se fazem extremamente necessários – destaco a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006) e a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104 de 9 de março de 2015) – visto que os discursos continuam limitando e oprimindo o *locus* “designado” às mulheres.

Entretanto, ressalto alguns “avanços” e mudanças na esfera da Igreja Batista, especificamente, relacionadas a distinção por gênero, como o fato ocorrido em 2014, o qual Luciana Pessanha Lacerda dos Santos se tornou a primeira mulher a ser reconhecida como pastora pela Ordem dos Pastores Batistas do Brasil (OPBB), entidade ligada à Convenção Batista Brasileira (CBB).

FONTES CONSULTADAS

CRESPIN, Jean. *As Mártires do Cristianismo*. O Jornal Batista. Rio de Janeiro. 01 de jan. de 1925. p. 5. Seção “A Família”.

Evangélicas pela Igualdade de Gênero. Comentário da avaliação da página no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/mulhereseig/reviews/?ref=page_internal>. Acesso em: 16 de out. de 2018.

Evangélicas pela Igualdade de Gênero (EIG). Blog. Disponível em: <<https://mulhereseig.wordpress.com/>>. Acesso em 07 de out. de 2018.

GUIMARÃES, Tarcísio F. *Ser mulher no século XXI*. O Jornal Batista. Rio de Janeiro – RJ. 19 de mar. de 2017. Disponível em: <https://issuu.com/jornalbatista/docs/ojb_12_13-03_3/15>. Acesso em: 17 de out. de 2018.

T.R.T. O Jornal Batista. Editorial. 01 de jan. de 1925.

WATSON, Ana M. *A Mulher Virtuosa*. O Jornal Batista. Rio de Janeiro – RJ. 09 de mai. de 1940. Seção “A Família”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Fábio Chang de. *O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas*. Aedos, num.8, vol. 3, Janeiro – Junho, 2011.

GEBARA, Ivone. *Mulheres, religião e poder: ensaios feministas*. São Paulo: Edições Terceira Via, 2017. 214 p.

GONÇALVES, Carlos Barros. *Unum Corpus Sumus in Cristo? Iniciativas de fraternidade e cooperação protestante no Brasil (1888-1940)*. / Carlos Barros Gonçalves. – Curitiba, 2015.

ROSADO-NUNES, Maria José. *Gênero e religião*. Estudos Feministas, Florianópolis – SC, maio-agosto/2005. 363-365p.

SOUZA, Sandra Duarte de. *Entrecruzamento gênero e religião: um desafio para os estudos feministas*. Mandrágora, São Bernardo do Campo: UMESP, v. 7/8, p. 6-8, 2003

_____. *Revista Mandrágora: gênero e religião nos estudos feministas*. Estudos Feministas, Florianópolis – SC, setembro-dezembro/2004.